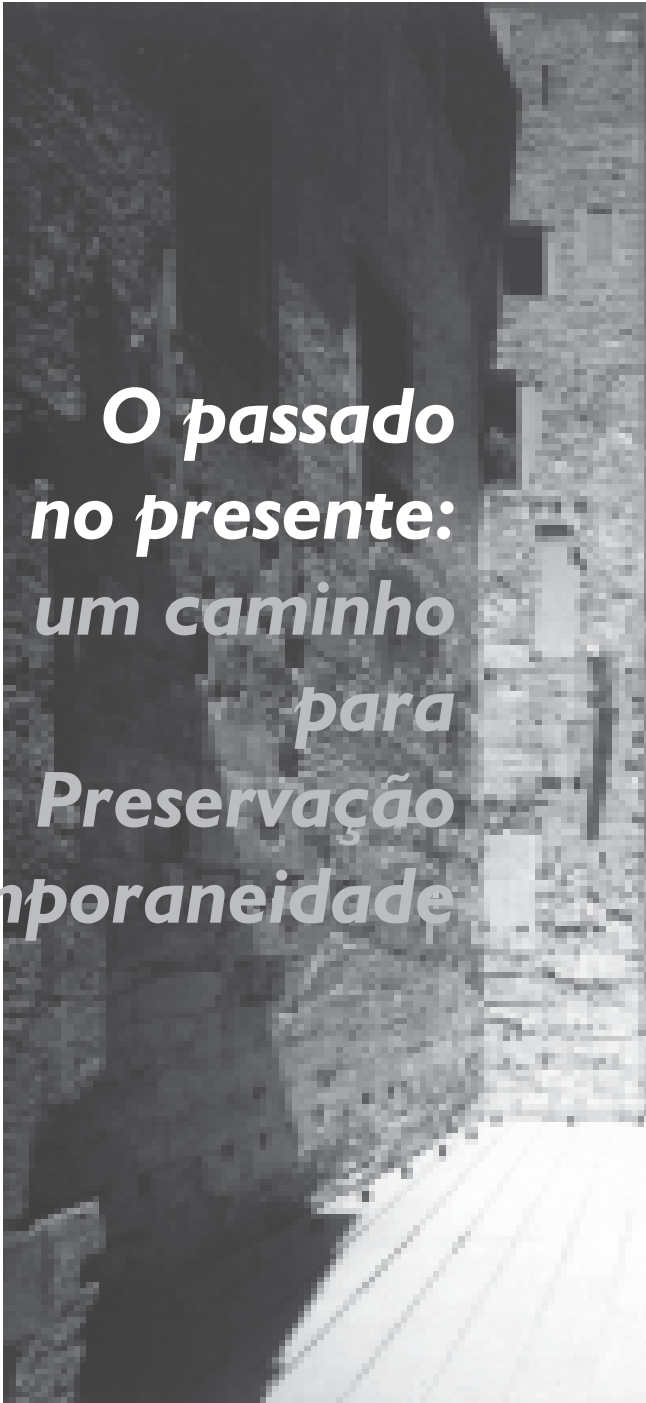


Algumas experiências recentes na reutilização de edifícios históricos em Porto Alegre sinalizam a necessidade de uma reflexão sobre a atuação do arquiteto contemporâneo no projeto da cidade. Questões como revitalização, preservação, restauro, etc., são hoje objeto de novos métodos de atuação que resgatam o valor histórico ou artístico de pré-existências, a partir de intervenções que interagem com as necessidades e os anseios dos cidadãos.

A idéia de modernidade, existente pelo menos desde o Renascimento, era tratada como um processo contínuo, uma constante cultural ao longo da história. O passado era utilizado como instrumento revelador do futuro, condição que se expressa mais especialmente durante a segunda metade do século XVIII, a exemplo de propostas idealizadas como as de Boullée, Lequeu ou Ledoux. A noção moderna do *restauro* como especialização provém particularmente da visão romântica de Alois Riegl, expressa em “*O culto moderno aos monumentos*”, publicado originalmente em 1903, em que aponta para a existência de “uma diferença entre o presente e o passado”. Se a visão de Riegl valorizava a noção de preservação, também é certo que, ao introduzir o influente princípio do *Kunstwollen* - o impulso da vontade artística presente em toda a obra e base de sua argumentação sobre a variação dos estilos - remete a um juízo que se estende fundamentalmente desde o presente. O compromisso de Riegl com o presente é explícito. Alertando para os perigos do culto acrítico ao passado, afirmava que “renegar o novo por ser novo equivale a sacralizar o passado e negar à contemporaneidade seu próprio direito à história”.

O impacto das teorias do Movimento Moderno sobre o conceito de monumento foi decisivo para entender a leitura que se passa a fazer da noção de *restauro*. A idéia de que existe um obstáculo intransponível entre presente e passado reflete a condição de ruptura intrínseca ao projeto da vanguarda moderna e nega a possibilidade de interpretar o passado como parceiro do presente, contida na obra de Riegl ou mesmo anteriormente, a exemplo das reflexões e intervenções de Viollet-le-Duc, na metade do século XIX. As Cartas de Atenas (1931) e Veneza (1964) são exemplos claros da ascensão desta noção de ruptura e da valorização de uma visão cada vez mais técnica e especializada do processo de intervenção. O problema deixa de ser tratado como ofício arquitetônico e passa a ser circunscrito ao universo técnico, limitado a parâmetros que cada vez mais condicionam o diálogo com o presente.

A atitude que predomina no meio do *restauro* conservativo é contraditória. Se por um lado prega a preservação e a recuperação do passado, ironicamente está apoiada na própria ruptura das vanguardas modernas com a noção de continuidade histórica e, de certa forma, passa a negar a origem romântica do *restauro*, o diálogo entre presente e passado contido nas idéias de Riegl ou de Viollet-le-Duc. A necessidade de ruptura, presente no discurso da vanguarda moderna, utilizou como uma de suas bases mais visíveis a apologia do novo como um “valor cultural absoluto”. Esta postura obviamente facilitou a visão de considerar a cidade histórica como um “bem econômico renovável”, que será acentuada no pós-guerra por processos imobiliários especulativos.



# O passado no presente: um caminho para Preservação e Contemporaneidade

## opinião



**JOSÉ ARTUR D'ALÓ FROTA**  
Arquiteto, Prof. Adjunto UFRGS

Ignasi de Solà-Morales: Intervenção no entorno da muralha romana de Barcelona, 1987-91.

Revista QUADERNS 207-8-9, Barcelona, 1994.

Dentro desta perspectiva e em contraposição, é natural que as últimas décadas tenham refletido a necessidade de supervalorizar a noção de patrimônio histórico e que muitas das intervenções tenham sobrestimado a interferência da investigação histórica, um componente indiscutível e necessário ao processo. Em muitos casos, aquilo que deveria ser uma investigação no sentido de conhecer profundamente o problema tratado, alimentando as diretrizes de projeto, transforma-se em objetivo final que arbitra todas as demais decisões.

A intervenção contemporânea não deve estar *a priori* subjugada a parâmetros impostos exclusivamente pela investigação histórica, já que esta introduz limitações na capacidade de se fazer uso do rol de estratégias que é parte do próprio ofício arquitetônico e que, obviamente, inclui muitos matizes na interpretação e no diálogo com a história.

Fica evidente, hoje, que muitas das intervenções recentes no meio já edificado, seja histórico ou não, superam os limites impostos pela Carta de Veneza e recuperam o sentido do projeto arquitetônico como ofício. O matiz técnico, imprimido nas deliberações da Carta, dá lugar atualmente a uma nova visão onde a técnica é um instrumental e não mais a razão final. O projeto passa então, como todo projeto, a ter leituras distintas. Possui até a possibilidade de fracassar, como também acontece em intervenções de cunho historicista onde, por trás da pátina de uma imagem “resgatada” do passado, pode-se esconder um “bibelô”, vazio e sem qualquer interação com o presente. No caso de um fracasso, a concepção aberta das intervenções recentes possibilita correções futuras. Está implícito que **edificio e história seguem seu caminho**, são processos evolutivos. Quando a visão técnica prevalece, o que se busca é assegurar “uma versão” final, acabada, um momento congelado no tempo. Se existe erro, este será, implicitamente, eterno.

Projetar, hoje, é atuar cada vez mais no lugar já edificado. A utopia de construir grandes cidades faz parte já do passado. Projetar, hoje, é lidar com grandes ou, principalmente, pequenos problemas, edifícios, equipamentos, espaços, objetos urbanos. Paradoxalmente, o arquiteto contemporâneo afasta-se da especialização excessiva e adquire o velho e saudável *status* de um ofício ligado a solução de problemas, interpretando as necessidades ou a alma de uma comunidade. Neste sentido, a atuação no contexto histórico só terá algum significado na medida em que possa dialogar com o presente e o projeto será mais ou menos eficaz enquanto capaz, na sua concepção, de responder à contemporaneidade implícita a toda intervenção arquitetônica.

Sem dúvida este é o momento de refletir sobre a necessidade de uma evolução na dialética das relações entre a cidade construída e as novas intervenções. Muitos são os exemplos recentes de ações significativas neste campo. São modelos que permitem uma avaliação das estratégias utilizadas nos seus contextos particulares. Cada caso é um caso, não existem receitas. Traduzem um processo evolutivo que permite nova visão do fato arquitetônico enquanto ofício que, se por um lado resgata o contato com a história, por outro, não renuncia a sua condição de contemporaneidade.